

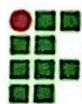
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA
PEDAGOGIA BILÍNGUE

REBECA CAROLINA SANTOS VIEIRA

OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO MÉDIO

APARECIDA DE GOIÂNIA

2025



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Rebeca Carolina Santos Vieira

Matrícula: 9021090080263

Título do Trabalho: Os desafios dos Estudantes Surdos no Ensino Médio

Autorização - Marque uma das opções

- ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
- ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Rebeca Carolina S. Vieira 07/05/2025
Local Data

Rebeca Carolina S. Vieira

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS**

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

REBECA CAROLINA SANTOS VIEIRA

OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO MÉDIO

Trabalho de Conclusão de Curso, no formato de monografia, apresentado ao curso de Pedagogia Bilíngue, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Campus Aparecida de Goiânia/IFG, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada(o) em Pedagogia Bilíngue.

Orientador(a): Prof(a). Ms. Thiago Cardoso Aguiar.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V658 Vieira, Rebeca Carolina Santos
Os desafios dos estudantes surdos no Ensino Médio / Rebeca Carolina
Santos Vieira. - Aparecida de Goiânia, 2025.
52 f.

Orientador: Ms Thiago Cardoso Aguiar
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Instituto Federal de
Educação Ciência e Tecnologia de Goiás: Campus Aparecida de Goiânia,
Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, 2025.

1. Formação dos Professores. 2. Comunicação. 3. Educação Bilíngue.
4. Inclusão. I. Título

CDD 371.912

Catalogação na publicação:
Suzane Gonçalves Duarte Peixoto CRB 1/2746

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Na presente data realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulada **OS DESAFIOS DOS ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO MÉDIO**, sob orientação de Thiago Cardoso Aguiar, apresentada pela aluna **Rebeca Carolina Santos Vieira (20211090080260)** do Curso **Licenciatura em Pedagogia Bilíngue (Câmpus Aparecida de Goiânia)**. Os trabalhos foram iniciados às **19:00** do dia **28/03/2025** pelo Professor presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Thiago Cardoso Aguiar** (Presidente)
- **Waleria Batista da Silva Vaz Mendes** (Examinadora Interna)
- **Claudia Caetano Goncalves Mendes Lima** (Examinadora Interna)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Nota : 8,5

Observação / Apreciações:

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Thiago Cardoso Aguiar** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Documento assinado eletronicamente por:

Claudia Caetano Goncalves Mendes Lima (002.501.681-46), em **03/04/2025 11:03:15** com chave **630f402a109411f0abfb005056a537a4**

Thiago Cardoso Aguiar (927.693.901-63), em **03/04/2025 11:01:40** com chave **2a8c2c18109411f090d1005056a537a4**

Waleria Batista da Silva Vaz Mendes (690.374.261-15), em **09/04/2025 10:01:52** com chave **ce87199c154211f0b535005056a537a4**

Este documento foi emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Ata de Projeto Final

Data da Emissão: 07/05/2025

Código de Autenticação: 417c54



Dedico este trabalho a todos que acreditam na educação como ferramenta de transformação e inclusão. À minha família, pelo apoio incondicional, aos meus professores, por compartilharem conhecimento com tanta dedicação, e em especial, à Libras minha segunda língua, que amo de paixão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem Ele não haveria história para contar, nem teria a oportunidade de compartilhar minha vivência como um suporte para outras pessoas.

Expresso minha profunda gratidão ao professor Thiago, por sua paciência e por sempre estar disposto a ouvir minhas inquietações durante o processo de escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso.

À minha mãe Rosa, pelo apoio incondicional ao longo dessa jornada acadêmica, por sempre corrigir meus erros e minha dicção, ao meu pai Wendell, por suas orações e pelo esforço nas idas e vindas do IFG para casa e pelo meu irmão Estevão, o seu carinho e o sorriso lindo que tem.

Aos Pastores Carlos, Túlio pelo grande incentivo na caminhada.

Aos meus professores, que fazem parte dessa caminhada e aos quais tenho um carinho especial:

Professora Alciane, pelas risadas em sala de aula, momentos que sempre lembrarei com afeto.

Professora Waléria, pelo sorriso acolhedor e os abraços que tornaram o caminho mais leve.

Professores João e Keith, pelos debates enriquecedores que ampliaram minha visão acadêmica.

Professora Cláudia, pelos ensinamentos valiosos que certamente aplicarei em futuras pesquisas.

Foram muitas madrugadas dedicadas a este trabalho, enfrentando medos e desafios na escrita, sem saber, muitas vezes, por onde começar. No entanto, cada dificuldade superada tornou essa conquista ainda mais significativa.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta realização, o meu sincero e profundo agradecimento!

*UM FAZ DIFERENÇA ENTRE DIA E DIA, MAS OUTRO JULGA IGUAIS
TODOS OS DIAS. CADA UM ESTEJA INTEIRAMENTE SEGURO EM
SUA PRÓPRIA MENTE.*

ROMANOS 14:5

RESUMO

O presente trabalho tem como tema "Os desafios dos estudantes surdos no ensino médio" e busca compreender de que forma as escolas podem aprimorar o suporte pedagógico e o acompanhamento dos alunos surdos? Tendo em vista o atual cenário da educação escolar para esse público. A pesquisa propõe-se a refletir sobre os principais obstáculos enfrentados por esses estudantes, com ênfase nas barreiras educacionais e sociais que comprometem sua inclusão. Como aporte teórico, destacam-se os estudos de Capovilla (2021), que discute a importância da Libras no processo de aprendizagem, e Coelho (2001), que analisa as políticas públicas de inclusão. Para contextualizar o debate, apresenta-se também um panorama histórico da educação de surdos na Espanha e no Brasil, da modernidade (século XVI) até os dias atuais. Trata-se de uma investigação bibliográfica, baseada em revisão de literatura sobre as políticas inclusivas em Portugal e no Brasil, as metodologias de ensino utilizadas com surdos e as experiências relatadas por especialistas da área. A análise dos estudos evidencia a escassez de intérpretes de Libras, a ausência de materiais acessíveis, a formação inadequada dos professores e a resistência das escolas à diversidade. Conclui-se que a inclusão plena depende da efetivação das políticas públicas, do investimento em acessibilidade e da conscientização da comunidade escolar, reforçando a urgência de uma educação verdadeiramente equitativa e inclusiva.

Palavras-chave: Formação dos Professores; Comunicação; Educação Bilíngue; Inclusão.

ABSTRACT

This study addresses the topic "The Challenges Faced by Deaf Students in High School" and seeks to answer the following research question: considering the current context of school education for deaf students, how can schools improve pedagogical support and student follow-up? The research aims to reflect on the main obstacles faced by deaf students, with an emphasis on the educational and social barriers that hinder their inclusion. The theoretical framework is based primarily on Capovilla (2021), who emphasizes the role of Brazilian Sign Language (Libras) in the learning process, and Coelho (2001), who analyzes public policies for inclusion. To contextualize the issue, the study presents a historical overview of deaf education in Spain and Brazil, from the modern period (16th century) to the present day. This is a bibliographic study based on a literature review of inclusion policies in Portugal and Brazil, teaching methodologies used with deaf students, and case studies reported by specialists in the field. The analysis reveals the shortage of Libras interpreters, lack of accessible materials, inadequate teacher training, and resistance within school environments to diversity. The findings suggest that full inclusion depends on the effective implementation of public policies, investment in accessibility, and the ongoing awareness of the school community. This work reinforces the urgency of building an educational system that is truly equitable and inclusive.

Keywords: Teacher Training; Communication; Bilingual Education; Inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

art. - Artigo

AIIC - Associação Internacional de Intérpretes de Conferência

CF - Constituição Federal

dB- Decibéis ou Decibel

EUD - European Union of the Deaf

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística INES - Instituto Nacional de Educação

dos Surdos LDB- Leis de Diretrizes

LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais

LGP- Língua Gestual de Portugal

ONU- Organização das Nações

Unidas PNE- Plano Nacional de

Educação PNS- Pesquisa Nacional

de Saúde

SRM- Salas de Recursos Multifuncionais

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e

Cultura WFD- World Federation Deaf

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA MUNDIAL DOS SURDOS NA EDUCAÇÃO	20
1.1 História da Educação dos Surdos na Europa	20
1.2 História da Educação dos Surdos no Brasil	23
CAPÍTULO 2; LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO EDUCACIONAL PARA OS SURDOS	28
2.1 Políticas Educacionais para Estudantes Surdos em outros Países	28
2.2 Políticas Educacionais para Estudantes Surdos no Brasil	30
CAPÍTULO 3: OS DESAFIOS PARA OS ESTUDANTES SURDOS DE ENSINO MÉDIO	32
3.1 Os Desafios da Compreensão de Termos e Abordagens Educacionais para Surdos	32
3.2 Os Desafios na Aprimoração do Suporte Pedagógico.	33
3.3 Desafios de Comunicação	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa é identificar e analisar as dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos no processo de aprendizagem, especialmente no contexto do Ensino Médio. Busca-se compreender os desafios específicos relacionados ao acesso ao conteúdo pedagógico e à comunicação. Os objetivos específicos deste estudo centram-se em três eixos: (1) a contextualização histórica da educação de surdos, (2) a análise das condições normativas e legais que amparam essa população, e (3) a investigação da prática escolar na perspectiva inclusiva e bilíngue.

Eu, aluna surda oralizada, empática a trajetória que um estudante surdo sinalizante perpassa em sua vida acadêmica, atentei aos estudos, acrescida de curiosidade pessoal, na busca por discussões sérias e relevantes para compreender a importância da inclusão social e a participação em atividades que garantem o sucesso escolar dos alunos surdos. Fui motivada a escrever um artigo sobre estudantes surdos do ensino médio pela minha própria experiência como estudante surda. Lembro de uma experiência marcada por sentimentos profundos de tristeza. Faziam duas semanas que eu estava na escola e, apesar das dificuldades, recebi elogios dos professores pelas minhas leituras e tive destaque na sala de aula. Eu participava ativamente das discussões, era a única que falava e me destacava em geografia, disciplina pela qual eu era apaixonada. Minha mãe havia me matriculado em uma escola privada de referência, acreditando que ali eu teria mais oportunidades.

No entanto, a rotina era exaustiva. As aulas obrigatórias aconteciam de manhã e duas vezes à tarde, mas, além disso, os professores frequentemente marcavam atividades extras, como os simulados preparatórios para o Enem, em outros horários. As aulas curriculares de geografia, por exemplo, eram às segundas e quintas-feiras, mas os aulões aconteciam às terças à tarde, e assim por diante. As atividades eram extensas, e eu tive dificuldades em administrar meu tempo.

Minha mãe, cansada de me levar à escola tantas vezes e percebendo o peso dessa carga horária sobre mim, decidiu conversar com a direção. A resposta do diretor foi direta e cruel: “Ótimo, sabia que ela não ia conseguir”.

Diante disso, minha mãe me matriculou em outra escola. Nesta escola sempre me esforcei para estudar e superar as dificuldades. Às vezes era um ambiente desafiador, pois, além de me esforçar para entender e pronunciar corretamente os fonemas, eu precisava entender a parte linguística da construção das frases. Mesmo quando eu me esforçava, a comunicação com meus colegas de classe era difícil. Eu tinha dificuldades para entender o que diziam, especialmente quando falavam sorrindo, o que me deixava ainda mais perdida, já que o contexto da comunicação era muitas vezes impreciso para mim, não tive amizades durante toda a jornada, por isso meus livros sempre foram meus grandes aliados. A leitura foi uma forma de encontrar sentido no mundo, e me ajudou a desenvolver uma compreensão mais ampla de temas complexos como política, feminismo e capitalismo. Mas sinto falta das amizades, acredito que apresento falhas ao oralizar e isto acaba com a minha autoestima. Pois a comunicação é uma parte essencial das relações humanas, e quando sentimos que temos dificuldades nessa área, isso pode afetar nossa autoestima e a forma como nos conectamos com os outros (Rodrigues Et. al,2016).

Superei desafios e ainda hei de superar outros, conquistando meus objetivos acadêmicos. Passei por um processo intenso de aprendizado e esforço pessoal, e agora desejo compartilhar essa trajetória para ajudar outros jovens surdos a enfrentar dificuldades, isto reflete a dificuldade que muitos estudantes surdos enfrentam no ambiente escolar. Ao me aprofundar no tema deste TCC, eu revivi essas dificuldades e percebi a importância de oferecer suporte a esses estudantes, oferecendo uma visão mais inclusiva e acessível. Minha motivação vem do desejo de ajudar os outros surdos a superarem os desafios acadêmicos e a atingirem o sucesso educacional, assim como eu conseguir chegar à faculdade.

Segundo pesquisas e relatos de especialistas em educação inclusiva, a taxa de conclusão do Ensino Médio entre alunos surdos é geralmente inferior à da média nacional. Relatórios como o da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2019) do IBGE destacam essas desigualdades educacionais. Capovilla (2001) destaca as dificuldades e barreiras enfrentadas pelos alunos surdos, o que resulta em um número menor desses alunos nas escolas em comparação com os ouvintes. Quadros (2008) relata sobre a falta de professores surdos e a falta de oportunidades para os alunos surdos nas escolas.

Com base nestes dados, trago a seguinte pergunta de pesquisa: tendo em vista o cenário da educação escolar para os alunos surdos, de que forma as escolas podem aprimorar o suporte pedagógico e o acompanhamento dos alunos surdos?

O ensino aprendizagem dos estudantes surdos no Ensino Médio é um período fundamental para a inclusão e equidade na educação desses adolescentes. Este período de transição marca a fase final da educação básica e prepara os estudantes para o Ensino Superior ou mercado de trabalho. Representa também uma futura escolha profissional, mas a realidade escolar tem promovido desafios .

Muitos estudantes surdos chegam ao Ensino Médio com um vocabulário limitado, tanto em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) quanto no português escrito. Isso ocorre devido a diversas barreiras, como a falta de comunicação com professores e colegas, a escassez de materiais didáticos acessíveis e a ausência de uma metodologia especializada. Essas dificuldades podem impactar significativamente seu desempenho acadêmico e emocional, levando alguns até a desistirem dos estudos.

Garantir um ensino de qualidade, que promova a aprendizagem eficiente e a interação adequada, é essencial para o desenvolvimento desses alunos. Para isso, é fundamental compreender suas necessidades e oferecer um ambiente acessível e inclusivo, contribuindo para seu sucesso na instituição.

A maioria das escolas em nosso sistema de ensino segue o padrão de escolas inclusivas, em que as aulas são ministradas em Português e um profissional de interpretação viabiliza o conteúdo para os educandos surdos. O intérprete de Libras desempenha um papel fundamental na mediação da comunicação entre o aluno surdo e o conteúdo pedagógico. Para que essa mediação seja eficaz, o intérprete precisa não apenas dominar a Língua Brasileira de Sinais, mas também ter um bom conhecimento do conteúdo da série do aluno. Sem essa competência, a tradução pode ser imprecisa e o aprendizado do aluno surdo pode ser prejudicado. O intérprete não é apenas um tradutor, mas um facilitador do entendimento, permitindo que o aluno tenha acesso ao mesmo conteúdo que seus colegas ouvintes. Portanto, sem uma comunicação clara e efetiva, o entendimento do conteúdo fica comprometido, o que impacta diretamente na aprendizagem do aluno surdo.(Madalena, 2018).

A inclusão, quando bem implementada, vai além da aceitação das diferenças: ela busca garantir que o aluno surdo tenha as mesmas condições de aprendizado

que qualquer outro estudante. Essa igualdade de acesso ao conhecimento é crucial para o desenvolvimento acadêmico e pessoal do aluno surdo, preparando-o para os desafios da vida profissional e a inserção no mercado de trabalho. Quando a inclusão é efetiva, o aluno surdo não só participa ativamente da vida escolar, mas também adquire as competências necessárias para uma futura inserção social e profissional.

Há avanços na legislação e práticas educacionais, mas desafios ainda persistem. Interagir estes aspectos entre a legislação e práticas educacionais, propor soluções que melhorem o sistema educacional, faz com que pesquisas nesta área sejam essenciais para adequar políticas públicas a alcançar uma educação inclusiva e bilíngue de qualidade.

Portanto, a importância do estudo sobre o ensino de estudantes surdos no Ensino Médio se destaca na urgência de garantir a esses alunos uma educação de qualidade, capaz de atender suas necessidades específicas e alcançar seu pleno potencial. Este trabalho se torna particularmente relevante ao se considerar que, apesar dos avanços nas políticas públicas e na legislação em torno da Educação de surdos, ainda existem desafios significativos na prática pedagógica voltada para este público, principalmente no nível do Ensino Médio.

A pesquisa realizada visa compreender e identificar estratégias que favorecem uma aprendizagem significativa, respeitando as especificidades da surdez, como o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a adequação de recursos pedagógicos, com foco na utilização para promover uma educação mais acessível e eficaz. Além disso, o estudo busca explorar os desafios da formação dos professores e algumas barreiras que ainda existem no cotidiano escolar, que podem dificultar a inclusão efetiva de alunos surdos.

Ao focar nesse contexto educacional específico, o trabalho se torna relevante não apenas para a academia, mas também para a prática educacional, oferecendo subsídios para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, que valorizem as capacidades dos estudantes surdos. A pesquisa contribui para uma reflexão crítica sobre as políticas públicas e as metodologias de ensino, propondo novas formas de aproximação e adequação às necessidades dos alunos surdos no Ensino Médio.

Este estudo também é fundamental para promover a conscientização sobre os direitos dos estudantes surdos, apontando a necessidade de uma educação que

não apenas atenda às suas necessidades específicas, mas também os prepare para um futuro no qual possam participar plenamente da sociedade, com igualdade de oportunidades. Assim, a relevância dessa pesquisa reside em seu potencial para influenciar práticas educacionais mais inclusivas, fortalecer a luta pela igualdade de direitos e, principalmente, ampliar as perspectivas de desenvolvimento pessoal e acadêmico para os estudantes surdos.

Dessa forma, buscamos apresentar perspectivas sobre como a educação para alunos surdos pode se tornar mais justa. Para compreender os desafios enfrentados por esses estudantes no Ensino Médio, bem como por professores e intérpretes, este estudo será conduzido por meio de uma revisão sistemática da literatura, analisando artigos que investigam abordagens do ensino regular externas para surdos sinalizados, também chamados de "Surdos"¹

Ao longo do texto, o foco será a análise dos desafios enfrentados pelos alunos surdos sinalizados em escolas regulares, exemplificando os fatores que favorecem seu aprendizado. É importante fazer essa distinção, tratando de desafiar a percepção generalizada da surdez (Vargas e Brizolla, 2024), pois cada indivíduo aprende de maneira diferente. Embora alguns surdos oralizados não utilizem a Libras para se comunicar, outros fazem uso dela dependendo do contexto em que estão inseridos.

Mas para isto, precisamos abordar um pouco da história fazendo a conexão dos três capítulos que serão abordados da seguinte forma.

No primeiro abordaremos a história da educação dos surdos na Europa, relatando a sua trajetória e como se formaram as escolas para os professores surdos. Teremos como referências autores como Carrier (2018), Strobel (2009), Monteiro (2006), Rocha (2009). Ainda nesse capítulo faremos um recorte da educação dos surdos no Brasil.

No capítulo 2 apresentaremos legislações de políticas públicas de inclusão escolar que envolvem surdos no âmbito educacional. Reconhecendo documentos que garantam ou que conduzam para uma prática da realidade, dando um respaldo

¹ Dentre o texto, faremos menção ao termo "Surdo" com a inicial letra maiúsculas para indicar que são os surdos sinalizados. Enquanto "surdo" com a inicial letra minúscula será referenciada a partir da generalização entre o surdo sinalizado, oralizado e bilíngue(uso de Língua de Sinais e Língua Oral).

para os estudantes que devem possuir os direitos de um cidadão. Será uma análise das políticas na área da educação em Portugal e depois no Brasil.

No capítulo 3, serão analisadas as contribuições de Bueno (1993, 1997), Capovilla (2021), Fernandes (2011) e Minetto (2008), a fim de identificar os desafios ainda presentes no Ensino Médio da escola regular. Essas análises serão articuladas com as políticas públicas educacionais discutidas no capítulo 2, permitindo compreender como tais desafios impactam a prática escolar e, consequentemente, a formação dos estudantes dentro do contexto social. Em geral será uma confecção de resultados de artigos que buscam compreender qual a realidade dos surdos na educação inclusiva.

CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA MUNDIAL DOS SURDOS NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, abordaremos momentos marcantes da história da educação de surdos na Europa, com ênfase em sua trajetória histórica e no surgimento das primeiras escolas voltadas para professores surdos. Utilizaremos como principais referências os autores Carrier (2018), Strobel (2009), Monteiro (2006) e Rocha (2009). Também será feito um recorte sobre o desenvolvimento da educação de surdos no Brasil.

1.1 História da Educação dos Surdos na Europa

Para compreender o contexto dos alunos surdos no Ensino Médio, é preciso conhecer um pouco mais sobre a história da educação dos surdos. Vamos nos ater aqui a um recorte apenas da história da educação dos surdos na Europa e à evolução da educação dos surdos até o desenvolvimento das primeiras instituições dedicadas a esses estudantes. Isso nos ajuda a compreender aspectos que ainda influenciam a educação atualmente. Este tópico discute a perspectiva do mundo da educação em relação à pessoa surda, as visões da sociedade sobre esse indivíduo e como ela se posiciona em relação ao que constitui uma pessoa com deficiência auditiva. Nesse sentido, Strobel (2009) afirma que conhecer a história dos surdos não nos proporciona apenas a ocasião para adquirirmos conhecimentos, mas também para refletirmos e questionarmos diversos acontecimentos relacionados com a educação em várias épocas.

Entende-se que, ao falar de educação dos surdos, o processo perpassa relações de poder, hierarquias de opressões e privilégios toleráveis à sociedade. A cosmovisão antiga entendia que as pessoas não nasciam com direitos; havia um pensamento de dominar o outro para ter liberdade — e não foi diferente com os surdos. Por isso, vê-se no decorrer da história da educação de surdos um “silêncio” nos primeiros períodos entre a Idade Antiga e a Idade Média, pois existem poucas fontes e relatos na historiografia relacionados ao cotidiano das pessoas surdas, visto que a escrita não era valorizada no contexto da sociedade em geral, ao contrário da fala, considerada essencial à época.

A educação só foi possível às pessoas com deficiência auditiva a partir da criação de escolas para surdos. Isso se efetivou na Idade Moderna, no século XIX, como afirma Carrier (2018). Os primeiros registros de documentos voltados ao ensino de surdos datam da Idade Moderna. Houve alguns educadores e estudiosos que colaboraram com a educação, denunciando a marginalização dos surdos e demonstrando que sua educação não era uma impossibilidade. Dentre eles, Pedro Ponce de Leon (1510–1584), monge beneditino espanhol, ensinava os filhos de famílias nobres a falar e se comunicar, utilizando em seus métodos: a datilologia, a escrita e a oralização.

Na Espanha, ele estabeleceu a primeira escola para surdos e professores surdos em um monastério de Valladolid (STROBEL, 2009). Por vezes, Pedro Ponce de Leon é considerado o primeiro professor de surdos, mas essa afirmação é incorreta:

Hoje é amplamente reconhecido que toda a contribuição de Ponce foi meramente colocar os princípios da educação para surdos em um patamar mais amplo do que seus predecessores fizeram. Antes de Ponce, muitas tentativas isoladas de instrução tinham sido feitas, com nível de sucesso variável, tanto na França quanto no exterior. Em 1578, Joachim Pascha treinou dois de seus próprios filhos surdos, mas suas tentativas não obtiveram reconhecimento público. Jérôme Cardan, uma das pessoas mais inteligentes de seu tempo, é quem talvez tenha mais profundamente revigorado a escola filosófica de seu século (BERTHIER, 1984, p.169).

Dentre outras pessoas que contribuíram para a educação dos surdos na Europa, podemos citar: John Bulwer (1606–1656), médico inglês que desenvolveu um método para se comunicar com surdos; John Wallis (1616–1703), educador e estudioso da surdez, que, após tentar ensinar os surdos a falar, passou a se dedicar ao ensino da escrita; Juan Pablo Bonet (1560–1620), que iniciou seu trabalho com surdos utilizando sinais para treinamento de fala e o uso do alfabeto datilológico, defendendo o ensino precoce do alfabeto manual. Esse método serviu de base para toda a Europa. Ele publicou seu primeiro livro, no qual expunha seu método oral: *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los sordos*.

Charles Michel de L'Épée (1712–1789), educador de surdos, instruía em sua própria casa com combinações de Língua de Sinais e gramática francesa sinalizadas, denominadas sinais metódicos (método bastante criticado pelos oralistas). Defendia que a Língua de Sinais constitui a linguagem natural dos surdos

e é o verdadeiro meio de comunicação e desenvolvimento do pensamento. Por isso, é conhecido como o São Vicente de Paula dos surdos. Criou o Instituto Nacional de Surdos em Paris, a primeira escola de surdos do mundo.

Esses estudiosos desempenharam papéis cruciais no desenvolvimento de abordagens para a educação dos surdos, com diferentes perspectivas sobre a melhor forma de comunicação — gestual ou oral — que influenciaram os métodos adotados posteriormente, com reflexos até hoje.

Percebe-se que, apesar dos métodos citados acima sobre ensinar o surdo a falar, o que era considerado “normal” à época, a escrita e o método gestual eram vistos como importantes para a comunicação desses alunos, o que prevaleceu até a década de 1870. Contudo, havia fortes pressões para que a oralidade fosse um método mais abrangente de educação dos surdos, como afirmou o presidente do comitê de organização, Sr. Dr. Ladreit de Lacharrière, na Câmara do Congresso Internacional para o Estudo das Questões de Educação e de Assistência de Surdos-Mudos, em 1900, em Paris.

A partir de 1888, no Congresso de Milão, além do movimento de oralização dos surdos, consolidou-se o que se passou a considerar o "oralismo puro", método de ensino que obrigava a oralização e excluía o uso da Língua de Sinais. Goldfeld (2002, p. 31) relata que: “No início do século XX a maior parte das escolas em todo mundo deixa de utilizar a língua de sinais. A oralização passou a ser o objetivo principal da educação das crianças surdas”.

O Oralismo se constitui como método que foca no desenvolvimento da língua oral, baseando-se na evolução linguística da criança sendo, através de: fonoterapia (treino da fala), articulação das palavras (sentido e movimento da boca), interpretar os sons baseados em seus fonemas e diferenciar as letras de seus sons (fonologia). O objetivo era a integração da pessoa surda na comunidade ouvinte, moldando-a ao padrão majoritário, ou seja, a uma única identidade.

Na década de 1960 surgiu outra proposta: a comunicação total, que é conceituada da seguinte forma:

técnicas e recursos para: estimulação auditiva; adaptação de aparelho de amplificação sonora individual; leitura labial; oralização; leitura e escrita. Acrescente-se, no entanto, que, em razão de seus estatutos próprios, esta filosofia educacional estará incluindo, nesses programas, uma completa liberdade na prática de quaisquer estratégias, que permitam o resgate da comunicação, total ou parcialmente bloqueadas (Ciccone, 1990: 6-7).

Apesar de promissora, a proposta mostrou-se limitada, pois a filosofia da comunicação total não trouxe uma aceitação da surdez como tendo uma identidade própria. Nessa ideia trouxe também o bimodalismo que é a comunicação entre o sentido de oralizar e sinalizar simultaneamente (ao mesmo tempo).

O bimodalismo surgido do século XX contrapondo ao “oralismo puro” não reconhece a Língua de Sinais como uma Língua, um recurso auxiliar para a aprendizagem da língua oral. Apesar disso, reconheceu a importância da Língua de Sinais como instrumento de instrução, dando início como aponta Strobel(2009) a um novo capítulo: o despertar cultural.

A partir daí surgiram mais pesquisas, estudos voltados para a educação bilíngue. Essa proposta se configura com uma abordagem em que crianças surdas objetivam adquirir duas línguas, uma língua natural (língua de sinais) e a segunda língua, referente à língua oficial do país, em sua forma escrita.

Observando atentamente, durante muito tempo, os surdos eram excluídos das instituições educacionais regulares. Não era permitida a Língua de Sinais, priorizava-se a fala e a leitura labial. Colocando assim, em prática, o oralismo. O ato de impor o modo de viver do grupo dominante (ouvinte).

Por causa da luta das comunidades surdas se entendeu que nem o oralismo nem a comunicação total tiveram bons resultados. Isto não foi somente em um lugar, mas sim em muitos países. O Brasil também passou por processo semelhante.

1.2 História da Educação dos Surdos no Brasil

Seguindo as reflexões apresentadas até aqui é necessário saber como se deu a presença das pessoas surdas na sociedade brasileira. A este respeito, Monteiro (2006) afirma que: Há pessoas surdas em toda a parte do Brasil porém muitos surdos permanecem invisíveis à sociedade, seja em lugares comuns como: nos lugares comuns (praças, bares, cinemas, clubes), associações de surdos, escolas e universidades, clínicas, igrejas Nesse sentido, este estudo prioriza os educadores surdos no contexto histórico da educação de pessoas surdas.

A história na área da educação dos surdos se divide em três fases: Revelação cultural, Isolamento cultural e o Despertar Cultural (Strobel,2009). A primeira fase nos mostra que antes do Congresso de Milão, havia evidências de que os surdos eram escritores, artistas, professores, entre outros. Na segunda, houve uma forma

de isolamento da comunidade surda como consequência do congresso de Milão que proibiu o acesso à Língua de Sinais e colocou como fonte o Oralismo. A terceira fase põe à prova o renascimento da Língua de Sinais, passando-se a aceitá-la, depois de muita luta dos surdos.

Assim sendo, a educação de surdos no Brasil perpassa processos de exclusão, conquistas, retrocessos e reconquistas.

Em 26 de setembro de 1857, durante o período imperial do reinado do Imperador D. Pedro II, foi fundado o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), antes Collegio Nacional para os Surdos Mudos, no Rio de Janeiro, pois a mudança da palavra 'mudo' para 'educação' reflete o atual cenário, tornando significativas expressadas pela discussão da década de 50.

E. Huet, surdo francês, apresentou um relatório ao imperador Dom Pedro II sobre a necessidade de fundar uma escola para os surdos, em 1855. Esse marcou a fundação do INES. Embora alguns autores apontem como curiosidade da família real, alguns autores trazem a questão de que, por causa da surdez na família, Dom Pedro II elaborou a escola. Mas não se pode considerar o fator dessa influência para a criação do Instituto, como afirma Solange Rocha (2019 apud Carlos Robertos, 2020,p.13):

Em minhas pesquisas realizadas até aqui não encontrei nenhum documento que apresenta um parente surdo do Imperador Pedro II. Somente o marido da Princesa Isabel, o Conde d'Eu, que volta surdo da Guerra do Paraguai. Na realidade buscar razões de natureza familiar pelas quais o Imperador apoiou a criação de um "Collégio" para educação de meninas e meninos surdos não procede.

As escolas institucionais da Europa referenciadas e fundadas pelo abade Charles Michel de L' ÉPée, tornaram modelos de referências educacionais com formação de professores surdos nas comunidades surdas (SILVA, 2006), portanto é real afirmar que os surdos formados na Europa eram contratados para ensinar em outros lugares e isto foi um fator influente, levando à criação de novos institutos. Assim chegou Huet ao Brasil, com este propósito.

Eram dados o ensino às pessoas surdas com disciplinas de Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã, Desenho, Agricultura, e Leitura sobre os Lábios. Além disso, oferecia instrução literária e ensino profissionalizante. Por muito

tempo o INES recebeu alunos de todo o Brasil e do exterior. Solange Rocha em uma entrevista “Direitos Humanos”, no canal da TV INES, produzido do ano de 2024, afirma que apesar dos vários tipos de exclusão que pessoas surdas enfrentam, para algumas características negativas da época, eles não ficavam de fora. Também figuravam entre as pessoas escravizadas

No ano de 1958, o INES influenciado pelas políticas da Europa, principalmente de Paris, passou a adotar o “oralismo puro”, 70 anos depois do Congresso de Milão. Somente em 1986 com a IX Jornada Sul-Riograndense de Educadores de Deficientes da Audiocomunicação. Registrada no departamento Projeto Retalhos da Memória de Santa Maria- artigo 110, texto escrito pela Cristina Strohschoen dos Santos(2023) encontrada pelo site da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) do Rio Grande do Sul do departamento de arquivos geral. Iniciou-se uma nova discussão: o bilingüismo, se constitui, segundo Goldfeld (1997, p. 39):

O bilingüismo tem como pressupostos básicos que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a Língua de Sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seu país (...). O conceito mais importante que a filosofia bilíngüe traz é de que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias.

Esta instituição é, atualmente, referência em bilinguismo é considerada referência e modelo da educação de surdos no Brasil, sendo um verdadeiro campo de produção científica na área da surdez e conhecimentos. Possuindo educadores especializados para a área de educação, nos níveis Infantil, Fundamental e Médio, além de cursos de Pedagogia Bilíngue oferecidos na modalidade EaD ou presencial. O INES desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da educação e da cultura surda no Brasil. A instituição passou por várias mudanças ao longo da história. A metodologia de ensino abordou desde o oralismo, até o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua natural dos surdos. Atualmente a LIBRAS é usada como meio de instrução e comunicação no ensino-aprendizagem. Tornando o INES um modelo de escola bilíngue.

Apesar do INES ser uma referência, poucos, principalmente ouvintes (pessoas que ouvem), o conhecem. Percebe-se que a sociedade impõe uma definição própria de ‘valor’ privilegiando ideias subjetivas ou a chamada ‘liberdade de expressão’ sobre o que é aceitável. Construindo valores dentro de um padrão, o que exclui a

pessoa surda e que acaba gerando preconceito. Esse processo também se manifesta na trajetória dos surdos, como afirma Sá. (2002, p. 358 apud Witkoski, 2009, p. 565):

Falar sobre surdez e preconceito é narrar uma das interfaces do ser surdo. Na história do povo surdo estão evidentes as marcas que o identificam como um ser incompleto, incapaz, deficiente. A partir dessa concepção da surdez, todo tipo de violência física e simbólica foi exercida, passando por extermínio, reclusão em casa, proibição do uso da língua de sinais, segregação em escolas especiais, até as atuais propostas pedagógicas adjetivadas como *bilíngues*, utilizadas “como mais uma metodologia colonialista, a-histórica e despolitizada”, que consistem em apenas *permitir* o uso da língua de sinais sem empreender qualquer ação no sentido de transformar as relações sociais, culturais e institucionais.

Expressões como “deficiente”, “mudinho”, “mudo”, “surdo-mudo”, “surdinho” estão presentes. No nosso atual cenário os profissionais devem discutir e escrever a respeito do uso de nomenclaturas a serem corretas. Um exemplo disso é a substituição do termo “mudo” na sigla do INES, que antes se chamava Instituto Nacional de Surdos-Mudos e passou a se chamar Instituto Nacional de Educação de Surdos. Essa mudança linguística reflete uma transformação ideológica mais ampla, alinhada aos direitos humanos e às políticas públicas inclusivas, conforme apontado por Pinheiro (2012).

A alteração do nome do INES reflete uma transformação mais ampla, que vai além da simples mudança linguística, e visa garantir que as pessoas surdas sejam tratadas com dignidade e respeito, promovendo sua plena participação na sociedade. Essa mudança linguística simboliza um movimento contínuo pela inclusão, reconhecendo a surdez não como uma deficiência, mas como uma condição legítima de identidade. Ao repensar a terminologia e o enfoque institucional, abre-se caminho para políticas educacionais mais eficazes, que atendam às necessidades reais dos alunos surdos e os empoderem, oferecendo igualdade de oportunidades.

Dessa forma, compreender o papel das políticas públicas é essencial para entender como essas mudanças vêm sendo implementadas e como têm contribuído para o fortalecimento de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo. O próximo capítulo abordará como essas políticas impactam a educação de pessoas surdas, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas e a garantia dos

direitos desses estudantes.

CAPÍTULO 2: LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO EDUCACIONAL PARA OS SURDOS

Aprimorando os dados e pesquisas para o conhecimento das políticas públicas que envolvem os surdos no âmbito educacional, passaremos agora a uma revisão de legislações que dão um respaldo para os estudantes que devem possuir os mesmos direitos que qualquer cidadão.

2.1 Políticas Educacionais para Estudantes Surdos em outros Países

As principais leis e políticas que influenciam a educação de surdos em outros países serão exploradas neste capítulo. A inclusão de alunos surdos nos sistemas educacionais internacionais é garantida por uma variedade de legislações e diretrizes que asseguram o direito à educação e à acessibilidade.

No contexto de Portugal e de outros países europeus, existem políticas públicas voltadas à inclusão educacional de pessoas surdas, que refletem um compromisso com os direitos humanos e com a valorização da diversidade linguística e cultural.

Essas políticas não surgiram de forma espontânea, mas foram resultado das lutas da comunidade surda por reconhecimento, participação e cidadania plena. A redefinição do papel social das pessoas surdas e a conquista de direitos marcaram profundamente as relações sociais, influenciando a cultura e a política. À medida que a comunidade surda se organiza e se reconhece como um grupo cultural e linguístico específico, fortalece-se também a sua consciência coletiva.

Nesse sentido, como nos ensina Paulo Freire, o trabalho em grupo e o diálogo promovem uma postura crítica e reflexiva, permitindo que os sujeitos se tornem protagonistas de sua própria história e transformação social.

O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciados, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens.(FREIRE, 1987,p.44).

Efetivamente, podemos questionar: quais são as políticas educativas e a formação dos professores para trabalhar com alunos surdos em Portugal?

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 74º, adotou a Língua Gestual Portuguesa (LGP) em 1997, destacando a sua importância como instrumento de acesso à educação. Como afirma o Estado: 'Proteger e valorizar a Língua Gestual Portuguesa, enquanto expressão cultural e instrumento de acesso à

educação e à igualdade de oportunidades' (PORTUGAL, 2005, p. 26).

O Despacho n.º 7520/98 considera medidas drásticas para a construção das unidades básicas como capazes de garantir a todos os cidadãos o direito à educação, principalmente para os surdos no ensino básico e secundário. Reconhece que muitos jovens e crianças não estão capacitados para o processo da linguagem, pois muitos se veem na escola sem o reconhecimento básico da sua língua natural, a língua gestual. Por isto considera a importância do apoio ao desenvolvimento e que sejam organizadas em particular atenção. Assim, reconhecendo as necessidades de criações educativas que apoiem o acesso à educação dos surdos, o documento ressalta que a educação destas crianças deverá ser feita, preferencialmente, em ambientes bilíngues (o domínio da língua gestual e da escrita em português).

A Lei nº 89/99 estabelece as condições para o acesso e exercício da atividade de intérprete de Língua Gestual Portuguesa, ou seja, define quem pode atuar na área e como deve ser a formação e a certificação dos profissionais.

O Decreto-Lei nº 3/2008 trata da tradução de língua portuguesa para a Língua Gestual (ou vice-versa). Dispõe sobre os apoios especializados a prestar na educação.

O último que configura em suas políticas públicas é o Decreto-Lei nº 54/2018 que estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão e pontua que os intérpretes de LGP integram não só escolas inclusivas, mas sim escolas de referência para a Educação Bilíngue.

O que podemos perceber e observar a partir do pressuposto acima é que o acompanhamento das políticas públicas que envolvem a educação dos surdos, há um crescente a respeito das leis que foram conquistadas recentemente e ainda consideradas cruciais para estas pessoas, abrindo reivindicações. Orientação em cada um dos Estados para o reconhecimento destas leis e não só em Portugal como se identifica as organizações no contexto em que são representativas à níveis mundiais: A Federação Mundial de Surdos (World Federation of the Deaf – WFD) e a União Europeia de Surdos (European Union of the Deaf – EUD), em contexto ao parlamento Europeu e seus estados-membros.

Também o Brasil, um dos estados membros da organizações unidas (ONU) e Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), temos legislações, que ficarão reservadas à próxima sessão

2.2 Políticas Educacionais para Estudantes Surdos no Brasil

As principais leis e políticas que influenciam a educação dos surdos no Brasil serão exploradas neste capítulo. A inclusão de alunos surdos no sistema educacional brasileiro é respaldada por diversas leis e diretrizes garantindo direito à educação e acessibilidade.

A Constituição Federal (CF,1988), que estabelece os direitos e princípios do cidadão, em seu artigo 205 reafirma que independentemente de suas condições socioeconômicas, culturais ou físicas, devem ter as mesmas oportunidades de acesso ao ensino e de permanecer no ambiente escolar durante todo o período de sua educação. Por mais que não cite as pessoas surdas, mas sim as pessoas com deficiência, pode ser vista como um marco legal para nosso grupo de estudo. Assegura direitos trabalhistas, sem discriminação salarial, direitos de saúde e educacionais.

Em complementaridade à Constituição Federal, temos a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9.394/1996. Ela dispõe sobre a integração social das pessoas com deficiência. Obrigando a inserção de escolas especiais, privadas e públicas, no sistema educacional e a oferta obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino.

A Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos. Deverá ser institucionalizada por parte do governo público apoiar e difundir este meio comunicacional das comunidades surdas. Tornando se um marco de referência para a comunidade surda e sua importância linguística.

Outra importante legislação é o decreto nº5.626/2005,em que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de Libras como disciplina obrigatória, nas instituições de ensino superior, sejam elas privadas ou públicas, nos cursos de fonoaudiologia e em cursos de Licenciatura. A Legislação reforça a importância da inclusão e da acessibilidade para que os surdos possam exercer plenamente sua cidadania.

Também outros exemplos de leis que confirmam, é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNE,2008). Está política orienta a inclusão de alunos com deficiência, incluindo os surdos, no ensino regular.

Ela defende que a inclusão deve ser feita em ambientes escolares que respeitem e valorizem a diversidade.

Resolução nº4/2009 do Conselho Nacional de Educação, essa resolução estabelece que o ensino de Libras deve ser incorporado no currículo das escolas visando promover a comunicação e a inclusão dos alunos surdos.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com deficiência). Essa Lei assegura o direito à educação inclusiva e educação bilíngue e determina que as instituições de ensino devem garantir acessibilidade e recursos adequados para alunos com deficiência, incluindo a oferta de LIBRAS como primeira língua e a modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua.

Uma nova Lei nº 14.191/21 sancionada. Orientam a elaboração de currículos que atendam às necessidades dos alunos com deficiência, promovendo a inclusão e a adequação dos conteúdos tornando a definição de educação bilíngue como o princípio básico das crianças surdas. Uma modalidade independente de educação escolar é a Educação Bilíngue de Surdos, separada da Educação Especial. Garantindo o direito de ensinar na primeira Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e na segunda língua escrita (português) atendendo as necessidades linguísticas das pessoas surdas.

Essas Legislações e diretrizes fazem com que conheçamos e destacamos a importância e acessibilidade do aluno surdo no ensino aprendizagem promovendo equidade e valorização. Mas é preciso que as instituições de ensino se adequem às metodologias e ofereçam formação continuada para os professores.

CAPÍTULO 3: OS DESAFIOS PARA OS ESTUDANTES SURDOS DE ENSINO MÉDIO

Este texto evidenciará os desafios persistentes enfrentados por alunos surdos no Ensino Médio, com base em artigos acadêmicos e pesquisas de campo realizadas em escolas que se autodenominam de referência bilíngue. Para fundamentar a discussão e propor melhorias no suporte pedagógico, serão utilizadas as contribuições de Bueno (2008), Capovilla (2021), Fernandes (2013), Minetto (2008) e Silveira (2013).

A análise será orientada pela perspectiva da educação inclusiva, explorando as barreiras enfrentadas no contexto escolar para garantir o atendimento adequado e a acessibilidade dos alunos surdos. Entre a teoria e a prática, será evidenciada a dificuldade na implementação de um suporte pedagógico eficaz, demonstrando como a falta de alinhamento entre políticas educacionais e metodologias aplicadas compromete o processo de ensino-aprendizagem.

O estudo está organizado em três eixos principais, identificados a partir das entrevistas realizadas. A primeira seção discute as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação na compreensão e distinção de conceitos fundamentais, o que impacta diretamente a qualidade do ensino ofertado aos surdos. A segunda seção aborda os desafios da acessibilidade ao suporte pedagógico, analisando as lacunas estruturais e metodológicas que dificultam a inclusão efetiva dos alunos. Por fim, a terceira seção destaca como as barreiras na comunicação representam entraves significativos para o desenvolvimento educacional da comunidade surda.

3.2 Os Desafios da Compreensão de Termos e Abordagens Educacionais para Surdos

Identifica-se o acompanhamento das políticas públicas que envolvem a educação dos surdos, mas há o estranhamento de duas definições importantes, o que causa constrangimento e confusão: Escolas Inclusivas, Escolas Bilíngue, parecem ter a mesma definição. E mesmo que existam informações a respeito ainda permanece velado.

A escola inclusiva de acordo com Coelho (2011) é a escola que oferece o ensino e inclui todas as pessoas reconhecendo as diferenças individuais, valorizando o desenvolvimento e o conhecimento de cada pessoa. Enquanto a

definição de escola bilíngue seria um espaço educacional de socialização, aprendizagem e acesso ao conhecimento. A defesa de uma escola bilíngue está diretamente relacionada à efetivação da política educacional estruturada na modalidade de Educação Bilíngue, o que remete a uma questão de teor político, também conhecida como “paradigma oposicional” (Skliar, 1999).

É necessário entender que parte de um grupo demanda a perspectiva de educação bilíngue e multicultural como usuário de uma língua natural, isto é, os surdos sinalizados ou “Surdos” com a inicial maiúsculo. Significando, de acordo com Perlin (1998), pertencer ao mundo de experiências visuais e não auditivas. É necessário diferenciar entre “surdos” e “Surdos”. Pois justamente o termo “Surdo” é empregado a indivíduos que consideram como membros da comunidade linguística usando a Língua de Sinais Brasileira e são culturalmente diferentes da comunidade surdos oralizados que adotam uma abordagem filosófica da comunicação total um método que utiliza a leitura orofacial (Mendes, 2017 apud Sacks, 1998).

Portanto, a escola inclusiva apesar da sua definição de incluir todos e garantindo uma educação dos surdos de qualidade, eficaz. Ainda não se concretiza no sistema educacional vigente. Entre os desafios persistentes, destacam-se a falta de profissionais capacitados, a limitação de recursos e a barreira linguística.

Essa dificuldade em consolidar uma escola verdadeiramente inclusiva também está envolvida na formação de profissionais que atuam com alunos surdos. Muitas vezes, os educadores não recebem preparo suficiente para lidar com a educação inclusiva. Essa lacuna no conhecimento gera equívocos na aplicação de metodologias adequadas e contribui para a perpetuação das barreiras no ensino.

3.1 Os Desafios na Aprimoração do Suporte Pedagógico.

Se o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que estabelece diretrizes para a formação de professores na educação de surdos, prevê a inclusão de Libras na matriz curricular dos cursos de Licenciatura, Fonoaudiologia e Pedagogia, por que ainda a metodologia de ensino, não tem sido suficiente para sanar os problemas de analfabetismo?

De acordo com Bueno (2008) destaca que não basta apenas inserir a Libras como disciplina obrigatória na formação inicial dos professores. O fazer pedagógico

é um processo complexo, que exige mais do que o domínio da língua. É fundamental definir com clareza a ementa, os conteúdos, as metodologias e os objetivos do ensino para que os docentes estejam realmente preparados para atuar com alunos surdos no Ensino Médio (PRIETO, 2003).

Outro fator crítico é a escassez de materiais didáticos adaptados para a alfabetização de Surdos. A maioria dos livros e conteúdos escolares são adaptados para ouvintes, sem a devida adequação para alunos que utilizam a Libras. Além disso, a falta de tecnologias assistivas e de metodologias visuais torna o ensino mais desafiador, dificultando o desenvolvimento da leitura e da escrita

Assim, percebe-se que as políticas públicas, por si só, não garantem uma formação docente eficaz. Como afirmam Vitaliano, Brochado e Machado (2011, p. 3560), "os cursos de formação de professores, em sua maioria, ainda não estão propiciando formação adequada". Isso demonstra a necessidade de não apenas cumprir a legislação, mas também promover melhorias significativas na capacitação docente, reformular os currículos acadêmicos e investir em metodologias de ensino mais eficientes para a educação. Como convém cursos de graduação ou pós graduação em formação continuada dos profissionais ao ensino da Pedagogia Bilíngue e Letras Libras.

É fundamental o uso de metodologias adequadas e avaliações que atendam às necessidades específicas desses alunos de forma eficaz como afirma Silveira (2013, p.21)

Neste sentido, o planejamento e as atividades realizadas pelo professor que atende os alunos surdos, necessitam serem contextualizadas juntamente com referenciais visuais[...]. A avaliação com o aluno surdo deve acontecer de forma, mais gestual usando a sua língua nativa que é a Libras, utilizando de gravuras e através de atividades que proporcionem uma compreensão mais tranquila.

Um exemplo de pessoa que atendeu às necessidades específicas na educação inclusiva foi a professora Alessandra Ribeiro Sousa, conhecida como "Sandrinha". Este relato foi retirado do texto *"HISTORICIDADE E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS EM PINHEIRO-MARANHÃO"* Atuou como Coordenadora da Educação Inclusiva no município, desempenhando um papel essencial na implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) entre os anos de 2009 e 2012.

Ao analisar o contexto das informações coletadas na entrevista, destaca-se

um ponto crucial, Sandrinha identificou a necessidade de contratar os profissionais na área de Libras. Ao considerar o porquê, explicou que sem a pressão e o envolvimento das famílias, os alunos surdos corriam o risco de permanecer apenas integrados no ambiente escolar, sem receber o suporte adequado dos profissionais da educação. Segundo sua percepção, em sua atuação as escolas não dispunham de recursos adequados para atender às suas demandas e as matrículas de alunos e alunas surdas aumentavam. Essa situação já perdurava há anos, tornando a inclusão escolar um grande desafio devido à falta de infraestrutura e de profissionais capacitados para esse tipo de atendimento especializado. Como apontam Lima e Clemente (2021), a verdadeira inclusão só ocorre quando há a implementação de políticas públicas eficazes e a formação de professores, instrutores e intérpretes de Libras.

Além disso, Sandrinha, segundo sua perspectiva, a Libras representa um instrumento essencial para a facilitação da comunicação e, conseqüentemente, para o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, conhecer essa língua torna-se fundamental para que os profissionais da educação possam atender, com responsabilidade, às reais necessidades desse público e promover sua inclusão no ambiente escolar. Também considera que o ensino da Libras nas escolas não deve ser tratado como um conteúdo exclusivo para alunos surdos, mas sim como uma parte fundamental da educação inclusiva. Seu ensino sistemático contribui para a formação de crianças, jovens, adultos e idosos surdos no país, criando novas possibilidades para seu desenvolvimento acadêmico e social. Além de permitir que os alunos compreendam as aulas, o domínio da Libras possibilita uma comunicação mais eficaz e bidirecional: o professor não apenas ensina, mas também compreende os alunos. Nesse sentido, o aprendizado da Libras proporciona ao futuro docente uma formação mais humanizada e eficaz.

Seu trabalho não se limitou a uma única escola. A implementação das Salas de Recursos Multifuncionais (SEM) ocorreu em várias unidades da rede municipal de ensino de Pinheiro, Maranhão, proporcionando a um maior número de alunos o suporte necessário para seu desenvolvimento educacional. Essas salas foram equipadas com materiais pedagógicos, tecnológicos e adequações específicas para atender às diferentes necessidades dos estudantes. Além disso, foram promovidas capacitações para os professores, fortalecendo a formação docente e contribuindo para um ensino mais inclusivo e de qualidade.

Outro aspecto fundamental da visão de Sandrinha foi o reconhecimento do papel essencial da família nesse processo. Sem a pressão e a participação ativa dos pais, muitas das ações voltadas à educação inclusiva não teriam sido concretizadas. A mobilização das famílias foi crucial para que a capacitação dos professores fosse priorizada, além da realização de palestras e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais para ampliar o conhecimento sobre a inclusão escolar.

Por meio dessas ações, Sandrinha contribuiu significativamente para a efetivação da educação inclusiva no município, deixando um legado que impactou positivamente a vida de muitos estudantes e suas famílias.

Além do trabalho de Sandrinha, é impossível ignorar o empenho da professora Carmen Regina Teixeira Baldino, cuja trajetória foi destacada no estudo de caso de Cardoso (2019). Carmen dedicou-se intensamente à aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e à luta pela comunidade surda. Seu envolvimento com a educação bilíngue não se deu apenas pela sua atuação como professora, mas também por sua vivência pessoal, sendo mãe de uma filha surda.

Seu compromisso com a inclusão e acessibilidade foi tão significativo que seu nome foi escolhido para homenageá-la, e ela foi uma das idealizadoras da construção da Escola Municipal de Educação Bilíngue Prof^a Carmen Regina Teixeira Baldino, localizada na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Esta instituição, que é a sétima do país a adotar esse modelo, tornou-se hoje um referencial nacional na educação bilíngue para surdos.

A professora Baldino defende que o modelo bilíngue, que utiliza tanto a Libras quanto o Português escrito, favorece o aprendizado e a integração dos surdos no ambiente escolar e social. Ela reconhece que esse modelo promove um ensino mais acessível e significativo para os alunos, proporcionando-lhes uma educação de qualidade. Por isso, a Escola Municipal de Educação Bilíngue Prof^a Carmen Regina Teixeira Baldino adota com sucesso esse modelo de ensino bilíngue para surdos.

A trajetória dessas educadoras demonstra que a inclusão escolar não é apenas uma questão estrutural, mas um compromisso de toda a sociedade. Suas ações deixaram um legado duradouro, impactando positivamente a vida de inúmeros estudantes e suas famílias, tornando a educação mais acessível e democrática para todos.

Entretanto, a relação entre as leis de políticas públicas e sua aplicação na realidade educacional não é linear, apesar de se basear em referenciais concretos.

Como exemplo, essas educadoras souberam, a partir da realidade que vivenciaram, que mesmo com a existência de leis educacionais, ainda há desafios e aspectos negativos que precisam ser superados como a carência de informações e os critérios de formação para os contratos dos profissionais (Lima e Clemente, 2021). A prática muitas vezes revela lacunas na implementação dessas políticas, exigindo um olhar crítico e ações efetivas para garantir que os direitos dos estudantes sejam plenamente respeitados e assegurados.

Dentre os autores que pesquisaram, Mallmann et al. (2014). Recorreram a uma pesquisa realizada em uma Escola Estadual, localizada em um município de médio porte no interior do Paraná, uma escola regular do campo do Ensino Médio. Investigaram as perspectivas da equipe educacional (professores) e uso de metodologias (prática educacional) quando se tem alunos surdos em sala de aula. Por meio de entrevistas não estruturadas com quatro professores e uma intérprete de Libras. A instituição é vista como referência na educação de Surdos.

Os participantes, com mais de três anos de experiência na educação de surdos, responderam a questões sobre as metodologias, os desafios e o papel do intérprete. Os resultados indicam que, apesar da formação, os professores e pedagogos não são fluentes em Libras, o que compromete a comunicação e a adequação pedagógica. Segundo as entrevistas, os professores se sentem despreparados para ensinar alunos Surdos. Isso ocorre, em parte, pela falta de criatividade ao adequar suas práticas pedagógicas. Diante da dificuldade de comunicação, muitos docentes não trocam experiências nem buscam soluções de forma colaborativa. Embora não existam fórmulas prontas, a troca de vivências entre professores pode orientar práticas mais eficazes. A intervenção é essencial para o desenvolvimento da criança, pois se dá por meio das interações comunicativas, que servem de base para futuras operações simbólicas e para a interiorização de significados compartilhados socialmente (FERNANDES, 2011, p. 89).

Os autores entenderam que os dados apontam uma grande lacuna. Em que abarca desde a falta de compreensão das concepções de surdez, ausência de conhecimento sobre o estatuto da Libras no desenvolvimento do sujeito Surdo, desconhecimento dos processos de alfabetização e letramento dos sujeitos Surdos (Lima e Mello, 2017) e restrita compreensão sobre as peculiaridades na maneira como o Surdo compreende o mundo.

Outro estudo relevante é o de Lima e Mello (2017), que buscaram possíveis respostas para as práticas educacionais desenvolvidas por professores em uma escola especializada no ensino de Surdos na cidade do Rio de Janeiro (o nome da instituição não foi especificado). Os autores entrevistaram cinco professores e identificaram, em seus relatos, posicionamentos, angústias e desabafos relacionados à prática docente e à apropriação da leitura e escrita pelos alunos Surdos como sua segunda Língua.

Um dos principais desafios apontados pelos docentes foi o fato de que muitos alunos chegavam ao Ensino Médio sem o devido domínio da Língua Portuguesa escrita. Diversos fatores contribuem para essa dificuldade, entre eles o atraso no acesso à Língua de Sinais, metodologias de ensino inadequadas, rigidez e falta de flexibilidade no uso de métodos pedagógicos.

Quando os professores adotam uma única perspectiva ou abordagem para o ensino da escrita do português como L1 para alunos surdos, sem considerar outras estratégias ou possibilidades, podem acabar limitando a aprendizagem desses estudantes. Isso ocorre porque a língua escrita perde seu significado, especialmente quando o processo de aprendizagem da leitura enfatiza apenas a codificação das palavras, em vez de focar na compreensão do que é lido (LODI, 2005).

De acordo com essa autora, essa abordagem educacional restringe-se à alfabetização, o que frequentemente é confundido com letramento. Como consequência, a escrita acaba sendo vista apenas como um instrumento de competência técnica, desvalorizando as práticas culturais e socioculturais dos alunos. Isso leva os estudantes a aprenderem apenas a decodificar palavras, sem garantir a capacidade de compreender os textos. Como resultado, eles acabam lendo palavras isoladas, sem realmente entender o conteúdo do que estão lendo.

A exemplos disso os professores enfatizaram a importância do letramento visual como abordagem metodológica para a alfabetização de surdos. Esse método utiliza objetos visuais: como reportagens, imagens e fotografias para exemplificar os conteúdos da aula, associando-os à leitura e à escrita. Mais do que focar apenas na estrutura gramatical da escrita, essa abordagem busca conectar os alunos ao contexto social e ao conhecimento de mundo ao qual têm acesso, ampliando suas possibilidades de compreensão e expressão (Sofiato, 2005).

Outro problema recorrente na educação de surdos foi identificado pela pesquisadora e professora Cardoso (2019), que atuou na Escola Bilíngue da cidade

de Rio Grande/RS. Em seus relatos sobre a experiência em sala de aula, Cardoso destacou os desafios no ensino da Língua Portuguesa para alunos Surdos, especialmente no que diz respeito à produção textual.

Ao propor atividades de leitura, percebeu que os estudantes demonstravam pouco interesse. A raiz do problema estava na dificuldade de compreensão dos significados das palavras, que para os alunos pareciam desconexas, levando-os a perder o engajamento com a leitura. Mesmo ao traduzir os textos para Libras, a dificuldade persistia, pois muitos alunos não reconheciam a grafia das palavras, o que compromete a compreensão.

A partir dessa experiência, Cardoso (2019) percebeu a necessidade de mudar de estratégia. Ela compreendeu que não basta apenas apresentar o conteúdo em Libras; é essencial explorar a potencialidade visual no ensino, conforme apontam Lacerda e dos Santos (2019). Assim, ao incorporar metodologias que valorizam elementos visuais, como imagens, esquemas e associações entre palavras e representações concretas, os alunos passaram a demonstrar maior envolvimento e entendimento na aprendizagem da Língua Portuguesa.

O relato de Cardoso (2019) evidencia como a introdução de estratégias bilíngues no ensino de alunos surdos pode transformar sua relação com a aprendizagem. Ao explorar o conteúdo em Libras e destacar a importância da comunicação, foi possível ampliar a compreensão e a expressão desses estudantes. Antes, muitos não tinham contato com a grafia das palavras e, conseqüentemente, não conseguiam atribuir sentido a elas ou utilizá-las para expressar suas ideias. Com o devido suporte pedagógico e metodologias adequadas, passaram a compreender, se comunicar e interagir de forma mais ativa no ambiente escolar, evidenciando a importância de um ensino verdadeiramente acessível e inclusivo.

Assim, a comunicação torna-se essencial para garantir a expressão dos alunos surdos, especialmente porque, antes, muitos deles não possuíam oportunidades de interagir linguisticamente dentro das comunidades em que viviam. Segundo Mukhina (1995), um ambiente mais ativo e interativo tende a ampliar o vocabulário, promovendo o desenvolvimento cognitivo e comunicacional desses estudantes.

3.3 Desafios de Comunicação

Um dos desafios mais recorrentes foi a comunicação em sala de aula. Como relatou uma das professoras entrevistadas (identificada apenas pela letra "R", pois os nomes foram preservados), a falta de formação específica dificultou o acesso ao aprendizado dos alunos: "Eu, por exemplo, não tive formação alguma na área de educação de surdos, o que dificultou/dificulta muito esse acesso" (Lima e Mello, 2017, p. 81).

Esse problema reflete uma realidade também observada no Paraná, conforme citado anteriormente. A ausência de formação em Libras entre muitos professores compromete a interação e a compreensão das necessidades dos estudantes surdos. Como destaca Libâneo (1994), o diálogo é fundamental no processo educativo, pois permite a troca de saberes e possibilita que os alunos exponham suas opiniões e reflexões sobre a disciplina. Sem uma comunicação eficiente, a inclusão educacional dos surdos fica prejudicada, reforçando a necessidade de políticas públicas que garantam a capacitação docente em Libras e metodologias bilíngues eficazes.

Outro trabalho relevante foi apresentado no V Congresso Nacional de Educação e publicado online sob o título "Um Desafio Enfrentado por Alunos Surdos no Ensino Regular", elaborado por Silva et al. (2018). O estudo teve como objetivo compreender como ocorre a comunicação dos alunos surdos no ensino regular. Para isso, os pesquisadores realizaram uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo na cidade de Arapiraca – Alagoas, analisando especificamente uma Escola de Ensino Fundamental. O foco da investigação foi o sistema educacional adotado por essa instituição para atender alunos Surdos, destacando os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas para promover a inclusão e o aprendizado desses estudantes.

O trecho evidencia a importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação essencial para os alunos surdos, permitindo que eles se expressem e compreendam melhor o mundo ao seu redor. Durante a entrevista, os estudantes demonstraram conforto ao responder às perguntas, relatando que a escola os atendia por meio de um intérprete, que media os conteúdos para facilitar a aprendizagem. Além disso, mencionaram o uso da LIBRAS e de gestos para aprimorar a comunicação.

Conforme Meirelles e Spinillo (2004, p. 132), as línguas de sinais possuem características próprias, utilizando gestos e expressões faciais como canais de comunicação em substituição à vocalização. A construção dos sinais ocorre a partir da combinação de movimentos das mãos, formatos específicos e localizações no corpo ou no espaço à frente do corpo. Essa estrutura reforça a necessidade de considerar a LIBRAS como elemento central na educação de alunos surdos, garantindo seu pleno desenvolvimento linguístico e social.

No contexto escolar, a inclusão desses alunos vai além da interação entre eles, estendendo-se à comunicação com a sociedade. No entanto, a pesquisa identificou desafios nesse aspecto, especialmente no ambiente da sala de aula regular. Quando questionados sobre a relação com os demais colegas ouvintes, dois alunos preferiram não responder, enquanto outros dois relataram que os surdos tendem a se comunicar mais entre si, pois os colegas ouvintes não sabem LIBRAS e, por isso, apenas tentam sinalizar algo eventualmente. Esse cenário evidencia a necessidade de estratégias que ampliem o aprendizado da LIBRAS entre os ouvintes, promovendo uma inclusão mais efetiva e uma interação significativa dentro da comunidade escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tentei responder a principal questão que me intrigava: Tendo em vista o cenário da educação escolar para os alunos surdos, de que forma as escolas podem aprimorar o suporte pedagógico e o acompanhamento dos alunos surdos? Para isso, explorei a trajetória da educação de surdos no mundo e no Brasil, bem como as políticas públicas educacionais voltadas para essa população. O objetivo foi compreender quais ações representam avanços na inclusão escolar e quais ainda apresentam desafios, analisando as vantagens e desvantagens das medidas implementadas. Com base em autores como Bueno(2008), Capovilla(2004) e (2021), Fernandes(2011), Minetto (2008), Silveira(2013) que discutem e respondem sobre métodos para enfrentar os desafios postos e com base nas minhas considerações.

Sabe-se que os estudantes surdos no ensino médio enfrentam uma série de desafios que foram separados em diferentes seções no capítulo 3 como vimos os termos que foram mais apresentados eram relacionados à comunicação, ao suporte pedagógico e à compreensão dos termos e a abordagem educacional . Enquanto pesquisadora, vivi essa realidade nesta etapa de ensino. Passei por desafios e mudanças ao longo da minha trajetória, assim como tantas outras pessoas surdas que conheço. Convivemos com piadas carregadas de zombarias sobre nossa surdez. Enfrentamos olhares de desprezo, a indiferença de colegas que não se esforçaram para nos entender, mesmo quando repetimos. Vimos a rejeição de escolas que se recusaram a incluir alunos surdos ou simplesmente não queriam conviver com uma pessoa surda.

Na introdução deste texto fiz um relato de minha experiência pessoal sintetizando os desafios e querendo apontar as soluções que precisam ser implementadas para que os estudantes surdos possam ter uma educação de qualidade no ensino médio.

A análise dos dados e das discussões teóricas evidencia que, embora as políticas públicas representem avanços significativos ao inserir a Libras na formação de professores e ao estabelecer diretrizes para a inclusão, sua efetivação na prática

enfrenta barreiras estruturais e conceituais. A indefinição e a sobreposição dos conceitos de escola inclusiva, escola bilíngue contribuem para a confusão entre os profissionais da educação. Comprometendo a implementação de práticas pedagógicas verdadeiramente efetivas. Essa confusão ocorre porque, muitas vezes, os educadores, gestores e formuladores de políticas públicas não compreendem plenamente as particularidades de cada conceito, o que leva a práticas inadequadas ao ambiente escolar.

As práticas inadequadas, elementos externos à escola que levam para o ambiente escolar são : A falta de clareza na formação docente e as políticas educacionais mal direcionadas, pois não garantem uma inclusão eficaz de alunos surdos no ensino regular. A não formação continuada, torna os professores e gestores acreditarem que a inclusão de alunos surdos no ensino regular, com apoio de um intérprete de Libras, é suficiente para garantir um aprendizado de qualidade. No entanto, essa abordagem desconsidera que a aprendizagem do português escrito exige estratégias específicas. A ausência de metodologias específicas para ensinar o português compromete o desenvolvimento da escrita e da leitura dos alunos surdos. Sem um ensino adequado, eles podem ter dificuldades para compreender textos e expressar-se de maneira clara na língua portuguesa (Cardoso, 2019).

O modelo educacional atual apresenta desafios significativos quanto à sua eficácia. A educação não é efetiva nos moldes que temos hoje, onde diversas diferenças coexistem no mesmo espaço. Um único professor não consegue atender adequadamente a um grupo de alunos que inclui surdos e deficientes visuais, pois as premissas metodológicas para esses dois grupos são completamente opostas.

Os alunos Surdos, que falam uma língua diferente dos ouvintes, acabam excluídos de muitas informações, mesmo com a presença de intérpretes, que não conseguem traduzir toda a informação acessada pelos ouvintes de forma completa. Isso demonstra que esse modelo não é efetivo.

Enquanto os Surdos têm o português como Língua 2 (L2), os ouvintes a consideram sua Língua 1 (L1). As metodologias de ensino para L1 e L2 são distintas, e um único professor não consegue lidar com essas duas abordagens pedagógicas diferentes durante suas aulas.

Apesar desse cenário, existem leis como a: Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 que altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996 para dispor a modalidade

de educação bilíngue de surdos, reconhecendo a Libras como primeira língua (L1) e o português escrito como segunda língua (L2). No entanto, essas legislações muitas vezes não são cumpridas, seja pela falta de investimento na formação de profissionais qualificados, pela escassez de materiais didáticos acessíveis ou pela ausência de políticas que garantam a implementação real desse modelo educacional. Esse descaso perpetua barreiras para a aprendizagem dos surdos e reforça a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa e de ações efetivas para garantir que esses direitos saiam do papel e se concretizem na prática.

Quando inseridos em escolas inclusivas sem adequações, muitos alunos surdos enfrentam dificuldades para interagir com professores e colegas. Isto acontece por causa da falha na formação dos docentes que leva o aluno ao isolamento e desmotivação, o que pode resultar em evasão escolar (Lodi, 2010). O baixo rendimento acadêmico e a falta de estratégias eficazes prejudicam a compreensão dos conteúdos curriculares, resultando em um desempenho escolar abaixo do esperado. Isso limita as oportunidades futuras dos alunos surdos, dificultando seu acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho.

A importância da clareza conceitual leva a garantir um ensino de qualidade aos alunos Surdos, sendo essencial que os profissionais da educação compreendam as diferenças entre escola inclusiva e escola bilíngue. A formação docente deve incluir conteúdos sobre a cultura e a identidade surda, além de metodologias específicas para o ensino bilíngue. Sendo assim, os cursos de graduação em Pedagogia Bilíngue e Letras Libras estão disponíveis no mercado para a formação de professores, capacitando para atuarem na educação de Surdos. Além disso, as políticas públicas devem assegurar que as escolas bilíngues para surdos sejam devidamente estruturadas, com professores fluentes em Libras e estratégias didáticas adequadas.

É importante ressaltar que a surdez é uma condição heterogênea, pois não há uma única visão, perspectiva ou definição sobre ela. Existem diferentes graus de perda auditiva, medidos em decibéis (dB), que variam entre: audição normal, perda auditiva leve, moderada, severa e profunda. O grau da surdez indica a quantidade de som que a pessoa consegue captar, diferenciando sons agudos e graves.

Essa diversidade de decibéis de perda auditiva evidencia que a visão única da surdez é uma concepção limitada e ultrapassada. No entanto, essa percepção homogênea da surdez ainda persiste como um resquício de um longo histórico de

opressão, como apresentado no Capítulo 1. Durante séculos, a surdez foi tratada sob uma perspectiva patologizante, que desconsiderava a diversidade linguística e cultural dos surdos, impondo modelos de ensino baseados exclusivamente na oralização. Esse passado excludente ainda reflete nas práticas educacionais e sociais atuais, tornando essencial a desconstrução dessas ideias para garantir uma abordagem respeitosa com as pessoas surdas.

Eu tenho surdez bilateral sensorial: perda auditiva profunda no ouvido direito e severa no ouvido esquerdo. Isso significa que, sem o uso do aparelho auditivo, consigo perceber apenas sons muito altos, como bateria de som e trovões, a partir de 85 decibéis no lado direito e 75 decibéis no lado esquerdo. No entanto, não sou capaz de compreender a fala e dependo da leitura labial. Em outras palavras, sou surda oralizada e bilíngue, pré-lingual (nasci com essa condição).

Além disso, existe uma grande diversidade entre as pessoas surdas.

Existindo surdos indígenas que ao invés da Libras, usam a Língua de Sinais Urubu-Kaapor. A ideia de que todos se baseiam exclusivamente em uma única fonte linguística, como a Libras, é um equívoco e um pensamento simplista (Pfeifer, 2013). Por isso, entendemos que a abordagem educacional para surdos não deve se limitar apenas ao ensino da Libras. É essencial adotar métodos diversificados, explorando diferentes estratégias pedagógicas para oferecer um suporte mais amplo e eficaz, garantindo que cada estudante tenha acesso ao aprendizado de forma adequada às suas necessidades individuais.

De acordo com Capovilla (2009), sua pesquisa demonstra que crianças com deficiência auditiva, que têm a língua oral como base, apresentam melhor desempenho em escolas inclusivas ou comuns, enquanto crianças surdas sinalizantes, cuja base linguística é a Língua de Sinais, aprendem de forma mais eficaz em escolas bilíngues. O autor defende uma inclusão programada, na qual os alunos surdos convivem com os ouvintes quando conseguem se comunicar por meio da Libras, do português escrito ou da leitura labial. Segundo essa perspectiva, esses recursos devem atuar como pontes para a introdução do português, garantindo que os estudantes tenham um desenvolvimento linguístico adequado.

No entanto, é importante esclarecer que, ao falar em convivência no ambiente escolar, a referência do autor Capovilla(2009) se aplica especificamente ao ensino de alunos surdos oralizados. Isso não significa que a leitura labial deva ser imposta a todos os estudantes surdos. Cada indivíduo possui necessidades e formas de

aprendizado diferentes, sendo essencial respeitar sua identidade linguística e adotar metodologias pedagógicas que atendam às suas especificidades.

Sem essa distinção clara, os alunos surdos continuarão enfrentando barreiras no acesso a uma educação de qualidade, comprometendo seu desenvolvimento acadêmico, social e profissional.

A pesquisa realizada em uma escola estadual do interior do Paraná ilustra essa problemática ao mostrar que, apesar da existência de cursos de formação continuada, os docentes que não são fluentes em Libras se sentem despreparados para atender às demandas dos alunos surdos. Essa deficiência não se resume apenas ao domínio da língua, mas também à falta de metodologias adequadas, de uma compreensão aprofundada dos processos de alfabetização e letramento dos alunos Surdos, bem como à limitada troca de experiências entre os profissionais da área.

Além disso, a intervenção pedagógica baseada em interações comunicativas, como destaca Fernandes (2011), é crucial para a interiorização dos significados e para o desenvolvimento simbólico dos alunos. Assim, o fortalecimento dessas interações, aliado a práticas colaborativas entre professores, intérpretes e famílias, mostra-se indispensável para a construção de um ambiente educacional que vá além da mera integração física e se converta em inclusão efetiva.

Portanto, para superar as lacunas apontadas, é fundamental um investimento contínuo em políticas de capacitação docente que vão além da simples aprendizagem da Libras. É necessário promover uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e a construção de currículos que atendam às especificidades dos alunos Surdos.

Segundo Minetto (2008), a reformulação dos currículos acadêmicos e o incentivo a parcerias entre instituições de ensino e comunidades surdas podem contribuir para uma educação mais inclusiva e eficaz. Além disso, como destacado por Mallmann et al. (2014), a presença de apenas um intérprete revezando entre salas não pode ser considerada um indicativo de que a escola seja referência em Educação de Surdos.

Os intérpretes devem se revezar para garantir a qualidade da tradução e evitar o cansaço, que pode comprometer a precisão da interpretação, levando a erros e omissões.

O revezamento é essencial para manter o desempenho e a fidelidade na tradução, permitindo que os intérpretes descansem e se recuperem tanto mental quanto fisicamente. Além disso, o código de ética da profissão AIIC – Associação Internacional de Intérpretes de Conferência, com sede em Genebra estabelece que um intérprete não deve atuar sozinho por longos períodos, assegurando que a qualidade do serviço prestado não seja prejudicada.

O acesso pleno à educação bilíngue vai além da simples presença de intérpretes na sala de aula. É essencial que o ambiente escolar valorize a língua e a cultura surda, promovendo uma educação bilíngue e significativa para esses alunos. Como destaca a professora Baldino, o modelo bilíngue tem um impacto transformador na educação de surdos, garantindo que eles tenham acesso ao conhecimento de forma plena e equitativa.

Em síntese, Fernandes (2011) afirma que a união entre teoria e prática, fundamentada em uma abordagem interdisciplinar e colaborativa, é essencial para transformar a realidade da educação de surdos. Gostaria de aproveitar este espaço para prestar uma homenagem à minha professora do Ensino Fundamental II, Alessandra da Silva Rêgo, que faleceu recentemente. Ela demonstrou grande consideração por mim dizendo que marcou sua trajetória educacional que é essencial a formação continuada para transformar a realidade.

Tive a oportunidade de reencontrá-la durante o evento de comemoração dos 12 anos do Instituto Federal de Goiás (IFG). Esse evento foi organizado por ex-alunos com o propósito de discutir a Educação Bilíngue e seu impacto em suas vidas. Durante a ocasião, ela também ex-aluna deste curso de Pedagogia Bilíngue, mencionou sua história, destacando que foi a partir do momento em que me conheceu que decidiu saber sobre as pessoas surdas, o que reforça a importância do reconhecimento e valorização da educação de surdos.

Diante desse cenário, reforçando a seguinte pergunta: Tendo em vista a realidade da educação escolar para alunos surdos, de que forma as escolas podem aprimorar o suporte pedagógico e o acompanhamento desses estudantes?

Seria, uma educação verdadeiramente efetiva exigindo políticas públicas mais robustas, capacitação dos profissionais da educação e formação continuada dos professores, sendo essencial promover cursos sobre metodologias bilíngues, como o uso de recursos visuais e abordagens de ensino. Além disso, a colaboração de

toda comunidade escolar é fundamental. Sensibilizando-a para a diversidade surda e suas identidades.

Criar um ambiente escolar acolhedor, com estratégias e possibilidades adequadas, faz com que os alunos Surdos se sintam valorizados, respeitados e plenamente integrados. Dessa forma, a inclusão efetiva vai além do simples cumprimento da legislação, tornando-se um compromisso real com a equidade e o acesso à educação de qualidade.

Somente assim, por meio do aprimoramento contínuo e do diálogo entre profissionais, famílias e políticas públicas, será possível garantir uma educação de qualidade e promover o pleno desenvolvimento dos alunos Surdos.

Diante desse contexto e dos desafios da educação inclusiva, torna-se necessário implementar uma educação bilíngue, pois as atividades são organizadas de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. O uso da Libras tanto para o desenvolvimento quanto para a comunicação possibilita a inclusão de usuários de línguas diferentes, criando condições adequadas de ensino.

Da mesma forma que Sandrinha identificou a falta de infraestrutura na escola e desenvolveu um ambiente mais acessível, a inclusão efetiva exige uma mudança de perspectiva educacional. Como afirma Mantoan (1999), uma escola realmente inclusiva não impacta apenas os alunos, mas toda a sociedade, contribuindo para o sucesso educacional coletivo.

Lembrando que um dos desafios apontados na entrevista de Silva et al. (2018) foi a comunicação, pois os estudantes surdos não tinham meios eficazes para interagir com seus colegas. O estudo destacou que, se apenas o português for ensinado como língua principal, os alunos Surdos ficarão excluídos do processo de aprendizagem. No entanto, se todos souberem Libras, a comunicação pode ocorrer integralmente nessa língua, permitindo que os conteúdos também sejam transmitidos por meio dela. Por isso, a educação bilíngue se torna essencial.

Uma das principais limitações em minha pesquisa foi a abrangência da diversidade dentro da surdez. Em especial, estudos voltados para pessoas surdas oralizadas e quais estratégias que possam aprimorar sua educação ou suporte pedagógico. É importante considerar este estudo, pois de acordo com as pesquisas , realizadas por Vargas e Brizolla (2024),reconhecem a importância de conhecer e abordar as necessidades específicas pelos alunos oralizados, repensar as abordagens pedagógicas e buscar estratégias no campo do Ensino Médio.

Diante desse contexto, destaco algumas questões que podem servir como ponto de partida para reflexões e pesquisas futuras, especialmente considerando a abrangência do tema, com ênfase a uma pesquisa de campo entre os surdos oralizados e sinalizados mostrando as diferentes abordagens metodológicas na educação entre eles.

Essas questões são fundamentais para a construção de um ensino mais equitativo e acessível, permitindo que a diversidade seja não apenas reconhecida, mas efetivamente contemplada no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 5626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art.18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

_____.Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996

_____. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências.

_____.**Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Dispõe sobre inclusão da pessoa com deficiência. Brasília, 2015.

BUENO, J. G. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de Educação Especial, vol. 3. n.5, 1999.

_____.**Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/PUC- SP, 1993.

_____. **As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial?** In:et al. (Orgs). Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara: Junqueira e Marin, 2008.

BERTHIER, F. **Les Sourdes-muets avant et depuis l'abbé de l'Epée**, 1840. In LANE, H. E PHILIP, F. The deaf experience - classics in language and education, tradução do original francês para o inglês de Philip, F. Cambridge, Massachusetts e London: Harvard University Press, 1984.

CICCONE, M. **Comunicação Total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CAMOZZATO,D. et al. **Em mãos, português como segunda língua para os surdos**. v.I.Porto Alegre: Pacartes, 2017.

CAPOVILLA, F. C., & Raphael, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CAPOVILLA, F. C. & Capovilla, A. G. S. **Educação de surdos: O conhecimento científico sobre a Língua Brasileira de Sinais e a educação bilíngue**. Editora Memnon. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo do surdo em Libras. São Paulo: Edusp,2004.

CAPOVILLA, F.C. **Avaliação escolar e políticas públicas de Educação para os alunos não ouvintes**. Revista Patio, número 50, pp, 24-25. *São Paulo Instituto de Psicologia da Universidade*, ano XIII, maio-julho 2009.

_____. **Comunicação alternativa: Modelos teóricos e tecnológicos, filosofia educacional e prática clínica**. In: CARRARA, K. (org.). Educação, universidade e pesquisa. Marília, SP: Unesp Marília Publicações e Fapesp, 2001. p. 179-208.

_____. **Políticas de educação regular e especial no Brasil: Sobre os perigos de tratar as crianças ouvintes como se fossem surdas, e as surdas, como se fossem ouvintes**. In: ARAÚJO, A. (org.). Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva. Rio de Janeiro, RJ: Academia Brasileira de Ciências, 2011b. p. 190- 211. (ISBN: 978-85-85761-33-2). Disponível em:

CARDOSO, C. **A Produção Escrita Dos Alunos Surdos Do Neeja**. Pelotas: UFPEL, 2019.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2011. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 ago. 2024.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba: 2. ed. Ibpex, 2011.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Sérgio: Plexus Editora. 2002.

INSTITUTO LOCOMOTIVA, Pesquisa & Estratégia. 14 de outubro de 2019. Disponível

em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/agencia-brasil-pais-tem-107-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-auditiva-diz-estudo/> . Acesso em: 02/12/2023.

LIMA, Carlos Roberto De Oliveira. **Influências de d. pedro ii sobre a educação de surdos no brasil: uma visão foucaultiana**. E-book IV CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 834-853. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/73812>>. Acesso em: 07/10/2024 19:28

LIMA, J. G. CLEMENTE, J. da C. **HISTORICIDADE E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS EM PINHEIRO-MARANHÃO**. Revista Científica das Áreas de Humanidades, 2021.

LIMA, Ezer W. G.; MELLO, R. S.; **LETRAMENTO E SURDEZ NO ENSINO MÉDIO: O que dizem os professores?**. Revista Teias, v. 18, n. 49, p. 76-89, 2017.

LODI, A.B.C. **Uma escola, duas línguas letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer? / Maria Teresa Eglér Mantoan**. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar).

MARTINS, Maria Elisa Pioreck; Madalena. **Desafios do Intérprete de Libras no Ensino Médio**. Pró-reitoria de Cultura e Extensão Universitária-Joinville/SC, 2018.

MERTZANI, Maria Currículo da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS : **componente curricular como primeira língua / Maria Mertzani, Cristiane Lima Terra, Maria Auxiliadora Terra Duarte**. — Rio Grande : Ed. da FURG, 2020. xv, 103 p. : recurso digital (e-book), il. color. ; 2,91MB. Disponível em: <http://www.riogrande.rs.gov>. ISBN 978-85-7566-605-0

MINETTO, Maria de Fátima. **Currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2.ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

Monteiro, M. S. (2006). **História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil**. Revista Educação e Temática Digital, 7(2), 292-302.

MUKHINA, V. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **História Cultural dos Surdos: desafio contemporâneo**. Educar em Revista, Edição Especial, n. 2. 2014.

PFEIFER, Paula. **Crônicas da Surdez/Paula Pfeifer**.- São Paulo: Plexus Editora, 2013.

PINHEIRO, Daiane. **Atravessamentos Históricos Culturais na Educação de Surdos: Problematizando a Inclusão** . 2012

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. 2005. Disponível em:

<<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/constpt2005.pdf>.

_____. **Decreto-Lei nº 3** de 7 de janeiro 2008. 2008a. Disponível em:» <http://dre.pt/pdf1s/2008/01/00400/0015400164.pdf>.

_____. **Lei nº 21** de 12 de maio de 2008. 2008b. Disponível em:» http://legislacao.min-edu.pt/np4/np3content/?newsId=2037&fileName=lei_21_2008.
p df.

PRIETO, R. G. Formação de professores para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais: diretrizes nacionais para a educação básica e a educação especial. In: SILVA, S.; VIZIM, M. (Orgs). **Políticas públicas: educação, tecnologias e pessoas com deficiências**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)**. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUES, Isabelle Ortigosa et al. **Sinais preditores de depressão em escolares com transtorno de aprendizagem**. Rev. CEFAC, v. 18, n. 4, 864 - 875, jul./ ago., 2016.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SILVA, I. F. ; SANTOS, D. A. L. ; CUNHA, E. K. L. ; PASCHOAL, N. S. . COMUNICAÇÃO: UM DESAFIO ENFRENTADO POR ALUNOS SURDOS NO ENSINO REGULAR. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

SILVEIRA, J. N. da. *Inclusão de alunos surdos no ensino regular*. Monografia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013. Disponível em: http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20968/2/MD_EDUMTE_2014_2_123.pdf.

STROBEL, Karin. História da educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific a/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf

SKLIAR, C. **A localização política da educação bilíngue para surdos**. In: Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. v.1, p.7-14.

VARGAS, E. R.; BRIZOLLA, F. **Acessibilidade para surdos oralizados: revisão de literatura sob perspectiva surda**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica,

[S. l.], v. 9, n. 24, p. e1205, 2024. DOI: 10.31892/rbpab2525-426X.2024.v9.n24.e1205. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/19970>. Acesso em: 9 mar. 2025.

VITALIANO, C. R. BROCHADO, S. M. D.; MACHADO, A. **Análises dos currículos dos cursos de pedagogia das universidades públicas do Estado do Paraná, em relação à formação para inclusão.** In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 5. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 7. Londrina, PR, de 8 a 10 de novembro de 2011.